# Imperialismo e classes médias: sociedade civil e poder político nas margens do capitalismo



Fernando Savella[1]

**Resumo**
Este artigo aborda o problema geral da relação entre as classes e o poder político nas formações sociais capitalistas na periferia do imperialismo. Tomando como base a teoria leninista acerca do imperialismo, argumentamos que as superestruturas do modo de produção capitalista nessas regiões também se desenvolvem de maneira distinta de suas contrapartes no capitalismo central, criando um espaço social restrito que, ainda que pautado na exclusão radical das massas, se desenvolve sobre a base ativa da classe média. Para isso mobilizamos autores como Agustín Cueva, Florestan Fernandes, Nicos Poulantzas e outros para apontar a anatomia desse espaço e sua função na economia política capitalista.
**Palavras-chave:** desenvolvimento; teorias decoloniais; América Latina.

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Estuda movimentos sociais e reprodução social da classe média no Brasil. | fsavella7@gmail.com



https://doi.org/10.36311/2675-3871.2021.v2n6.p105-125

**Resumen**

Este artículo aborda el problema general de la relación entre clases y poder político en las formaciones sociales capitalistas en la periferia del imperialismo. Con base en la teoría leninista del imperialismo, sostenemos que las superestructuras del modo de producción capitalista en estas regiones también se desarrollan de manera diferente a sus contrapartes en el capitalismo central, creando un espacio social restringido que, aunque basado en la exclusión radical de las masas, se desarrolla sobre una base activa de clase media. Para eso, movilizamos a autores como Agustín Cueva, Florestan Fernandes, Nicos Poulantzas y otros para señalar la anatomía de este espacio y su función en la economía política capitalista.

**Palabras-clave:** desarrollo, teorías decoloniales; América Latina.

**Abstract**

This article addresses the general issue of the relationship between classes and political power in capitalist social formations on the periphery of imperialism. Based on the Leninist theory of imperialism, we argue that the superstructures of the capitalist mode of production in these regions also develop differently from their counterparts in central capitalism, creating a restricted social space that, although based on the radical exclusion of the masses, develops itself on the active base of the middle class. For this purpose, we mobilize authors such as Agustín Cueva, Florestan Fernandes, Nicos Poulantzas, and others to unveil the anatomy of this space and its function to the capitalist political economy.

**Keywords:** development; decolonial theories; Latin America.



## Introdução

Na décima seção da mais clássica obra sobre o tema do imperialismo, *Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo*, Lênin aponta que o problema do imperialismo não é apenas um problema de relação entre nações e povos, mas também um problema da organização da luta política no interior de cada território. Com efeito, os "elevados lucros monopolistas" sediados nas potências imperialistas "oferecem-lhes a possibilidade econômica de subornar certos setores operários" (Lênin, 2011, p. 267), sendo o principal nexo do oportunismo no movimento operário. É nesta tese de Lênin que o sociólogo equatoriano Agustín Cueva encontra a razão de sua crítica à concepção política da sociedade civil nos territórios dominados do imperialismo: na tese leninista,

> [...] está claro, igualmente, que a obtenção de superlucros nas regiões coloniais, semicoloniais e dependentes permite que a oligarquia financeira levante certas 'trincheiras e fortificações' no interior de sua sociedade nacional, por meio do robustecimento da aristocracia operária [*apoio social da*

*burguesia*, como disse Lênin] (Cueva, 2004, p. 174, tradução livre).

Aqui há uma clara referência e diálogo com o arcabouço gramsciano[2] acerca do desenvolvimento da sociedade civil como espaço essencial para a dominação burguesa, onde se desenvolve o *consenso* ou a *direção* da classe hegemônica sobre as demais, a "trama 'privada'" (Gramsci, 2000, p. 119) composta pelos indivíduos e associações não vinculadas ao aparelho estatal, ainda que sob o efeito permanente do monopólio da violência por parte do Estado em sentido estrito. No entanto, essa anatomia da dominação não pode ser unívoca entre todas as formações sociais envolvidas (por baixo ou por cima) na estrutura imperialista uma vez que se trata de um resultado da concentração da acumulação em seu centro. O que chamamos de sociedade civil deve adquirir contornos distintos no centro e na periferia do capitalismo.



De fato, existe uma sociedade civil nessas formações sociais como forma necessária de existência e sustentação do Estado capitalista. É necessário sustentar o mito de que tal Estado é um representante do interesse geral e não do interesse de uma elite em particular, tornando os negócios públicos um assunto do consenso, da síntese, da expressão da razão; ao mesmo tempo em que é necessário sustentar a exclusão radical das massas de trabalhadores do poder *real* sobre os negócios públicos. Para Florestan Fernandes, "A 'opinião pública' e a 'vontade coletiva' existem, mas o consenso que as fundamenta e converte em história procede da minoria de privilegiados que manipula ativamente o complexo institucional Estado-Nação" (Fernandes, 2015, p. 65).

Em outras palavras, o espaço político que conforma os circuitos efetivos de poder aparece como um espaço aberto, reconhecido como uma sociedade civil à qual o Estado deve satisfações, mas que na realidade é apenas um *locus* social parcial, incluindo apenas alguns grupos sociais e excluindo muitos outros. Para aqueles que vivem fora do espaço do consenso, cabe a violência: "O 'método de conciliação' possui uma longa tradição na América Latina; no entanto, essa tradição significa que os arranjos políticos sempre operam em benefício da violência 'vinda de cima', organizada e imposta através do Estado..." (Fernandes, 2015, p. 61). A crítica elaborada pelo pioneiro da sociologia brasileira opõe-se àquelas leituras

[2] Ver os cadernos 1 e 6 presentes na coletânea *Cadernos do Cárcere (Volume 3)* (Gramsci, 2000).

"europeizadas" que, ao reconhecer superestruturas políticas plenamente integradas à chamada civilização ocidental na América Latina, transpõem a análise e os valores correspondentes de um continente a outro, em especial vinculados à ideia de democracia.

Cueva, por sua vez, situa o debate no interior da querela da recepção e aprofundamento do pensamento de Gramsci em nosso continente. A anatomia da dominação típica do Ocidente, descrita pelo italiano, apontaria para a superação da violência como principal nexo da dominação, suplantada pela necessidade de desenvolver o consenso entre as classes e a hegemonia da classe dominante sobre tal consenso. Em primeiro lugar, há uma ruptura empírica: a história da América Latina no século XX trata-se de uma sucessão de golpes e de intervenções imperialistas focadas no combate à ascensão de movimentos políticos populares (Cueva, 2012), ao que poderíamos acrescentar, também da perseguição policial permanente contra as massas de trabalhadores e desempregados com claro recorte racial. Ou seja, a violência permaneceu uma relevante (senão principal) ferramenta da dominação imperialista, mesmo com a conformação de majestosas instituições democráticas. Em segundo, um problema teórico: não é possível pensar na anatomia da sociedade civil como fenômeno homogêneo em qualquer formação social inserida numa estrutura desigual como a estrutura imperialista. Os "elevados lucros monopolistas" de que fala Lênin apresentam sua contraparte, ou sua razão de ser, na volumosa acumulação primitiva, entre diversas formas de expropriação e exploração do trabalho, no lado dominado do imperialismo.



A combinação da coerção e do consenso nas formas de dominação, e na definição dos fenômenos que aparecem como "Estado" e "sociedade civil", deve ser analisada a partir das formas concretas como aparece a violência nas lutas de classe e a função e extensão dos aparelhos típicos da sociedade civil, desvinculados do terreno "público" do Estado, os aparelhos privados de hegemonia, nos termos gramscianos (Gramsci, 2000). Na realidade, a definição - e distinção - desses dois terrenos constitui uma profunda polêmica, com efeitos não apenas teóricos, mas também estratégicos sobre as lutas de classe: há de fato uma distinção entre Estado e sociedade civil? Ou tal separação constitui apenas uma ilusão ideológica de justificação da dominação burguesa?

Para Gramsci (2000), as funções de dominação próprias da sociedade civil constituem também o Estado em seu sentido *ampliado*, distinguindo apenas um Estado em sentido *estrito*, a forma tradicional do monopólio da

violência (Coutinho, 1989; Osorio, 2014). Este último seria apenas um ponto avançado das "trincheiras e casamatas" (Gramsci, 2000, p. 262) que constituem o processo de dominação burguesa. Althusser (1999) parte de uma concepção similar, diretamente inspirada em Gramsci, e diferencia os aparelhos *repressivos* de Estado e os aparelhos *ideológicos* de Estado, como parte do mesmo Estado compreendido além da classificação jurídica de "público e privado" que normalmente regula a distinção entre Estado e sociedade civil na sociologia burguesa. Ou seja, uma diversidade de aparelhos de caráter aparentemente independente e auto-determinado, mas que constituem, para Althusser, uma unidade no processo de dominação: a igreja, a família, os sindicatos, partidos políticos, imprensa, etc.



Partindo do problema dos golpes militares na América Latina, Marini (1976) descreve essas formas de dominação na sociedade civil como um "sistema de dominação", cuja apropriação pelo Estado varia e dá origem a diferentes regimes, desde suas formas democráticas até as autoritárias (nas quais o sistema de dominação encontra-se plenamente apropriado pelo Estado). Ainda que para Gramsci e Althusser o problema da conquista do poder pela classe trabalhadora permaneça referenciado na conquista da função repressiva do Estado, a crítica de Marini à concepção "borrada" dos limites do Estado está precisamente na definição do objeto das lutas de classe, que não poderiam fixar seu horizonte na disputa ambígua de diversas "fontes de poder", mas sim ao mesmo tempo na "(...) expressão institucional desse poder, o Estado, tomado como o cume do sistema de dominação" (Marini, 1976, p. 92) e nos instrumentos pelos quais essa expressão institucional é validada e efetivada nas formas de consenso, entendidos como momentos qualitativamente diferentes das lutas.

A substância dessa discussão, no entanto, é a sociedade burguesa. Ou melhor, a superestrutura desenvolvida pela dominação do modo de produção capitalista, correspondente às tarefas históricas colocadas pelo avanço das relações propriamente capitalistas às forças sociais envolvidas em sua expansão. O grau de generalização das relações capitalistas, sobre outros modos de produção existentes numa dada formação social, está diretamente relacionado à anatomia de suas formas superestruturais de dominação, devendo mediar ou reprimir a relação entre as massas de trabalhadores - que produzem a riqueza expropriada de diversas maneiras pela classe burguesa - e os circuitos políticos, o Estado e seus aparelhos, ou o "sistema de dominação".

Entre as formas derivadas do modo de produção capitalista e as formas concretas de dominação existentes em uma dada formação social há uma defasagem[3] que deve ser plenamente reconhecida e incorporada na problemática do estatuto social da sociedade civil, em especial nas formações sociais situadas na periferia da estrutura imperialista. Ou seja, reconhecer que a forma como se desenvolve a sociedade civil nas economias centrais como expressão do desenvolvimento da dominância do modo de produção capitalista não pode ser considerada sua forma universal independentemente das particularidades de cada formação social.



Não se trata de uma sociedade burguesa estendida às massas de trabalhadores, mas de um espaço social mais estrito: são apenas alguns estratos sociais que participam ativa e efetivamente da disputa direta do Estado, da produção de discurso e, no limite, do que entendemos como *cidadania*, pertencimento pleno à comunidade política. Seguindo o desenvolvimento das teses de Florestan Fernandes e de Agustín Cueva acerca do desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas superestruturas na América Latina e, portanto, do problema da democracia e da hegemonia na teoria marxista, iremos argumentar que os estratos sociais propriamente integrados aos circuitos políticos, à *sociedade civil*, ou à *civilização* burguesa se constituem em forças sociais cujos movimentos políticos e ideologia orgânica são diretamente funcionais para a dominação imperialista sobre os territórios periféricos.

## 1. Sociedade burguesa, civilização e dominação

A defasagem entre a conformação social entendida como *civilizada*, como superestrutura típica das sociedades capitalistas avançadas, e a realidade das formações sociais da periferia do capitalismo, em especial das ex-colônias, é um dos temas centrais do marxismo e dos movimentos populares em geral nessas regiões do globo. Tratando da Argélia ainda sob

[3] Falamos em defasagem no sentido de que uma formação social onde domina o modo de produção capitalista não necessariamente apresenta o modo de produção e suas formas derivadas de maneira pura enquanto fenômeno concreto. Diversos autores marxistas que trabalham com a ideia de defasagem, tais como os já citados Poulantzas (2020), Althusser (2015) e Cueva (2003) retornam à formulação de Marx acerca do método, em que o concreto é a "síntese de múltiplas determinações" (Marx, 2008, p. 258), entre as quais o modo de produção e suas formas correspondentes.

o jugo francês, Fanon (1961) descreve uma sociedade radicalmente cindida, opondo uma comunidade branca integrada à França, com instituições políticas "modernas" tais como o sistema pluripartidário, a uma comunidade negra completamente excluída dessas mesmas instituições, cuja única relação com o poder instituído é a imposição da violência. Há um discurso de universalidade dos efeitos dessa superestrutura, que justificam sua existência em um contexto de generalização de uma ideologia "democrática" de sustentação do Estado na Europa. No entanto, como assevera Fanon,



> A linha divisória, a fronteira, está indicada pelos quartéis e pelos postos da polícia. (...) Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder interpõe-se uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de 'desorientadores'. Nas regiões coloniais, ao contrário, a polícia e o soldado, pelas suas intervenções diretas e frequentes, mantêm o contato com o colonizado e aconselham-no, com golpes de coronha ou incendiando as suas palhotas, que não faça qualquer movimento (Fanon, 1961, p. 33).

Essa universalidade aparece, para se fazer eficaz, como um dualismo entre civilização e barbárie, ou moderno e primitivo (Quijano, 2005), justificando as diferentes modalidades de imposição do modo de produção capitalista, e de suas economias mais avançadas, ao redor do globo. Tal ideologia se reproduz sobre uma base material bem demarcada nas ex-colônias, onde se pode facilmente identificar entre os brancos e proprietários os representantes da *civilização* e entre os não-brancos e despossuídos a *barbárie*. De fato, o estabelecimento de repúblicas nacionais após os processos de independência, via de regra, significaram o estabelecimento de uma comunidade política exclusiva, excluindo mesmo as massas de trabalhadores e camponeses que lutaram contra as forças das metrópoles pela sua criação (Mariátegui, 2006; Linera, 2010), e cuja inclusão dependeu e continua a depender de intensas lutas populares.

No entanto, não podemos compreender totalmente esse fenômeno tomando apenas seus aspectos político-ideológicos. Para Cueva (1983), a base essencial de explicação de tais oposições e exclusões radicais está no terreno da economia política e, mais precisamente, da articulação de diferentes modos de produção em uma formação social, posição teórica que implicará também em uma leitura particular da estrutura e das lutas de classe na periferia do capitalismo. A integração da América Latina no sistema

capitalista mundial se deu, em um primeiro período, paradoxalmente pelo desenvolvimento de outros modos de produção regionalmente, na medida em que sua relação com as economias centrais do capitalismo era precisamente a de uma fonte de acumulação primitiva para a realização do capital metropolitano. Mesmo para além da relação propriamente colonial, após a independência das novas nações latino-americanas, "(...) a primeira fase de nossa vida independente, longe de impulsionar a imediata dissolução dessa matriz pré-capitalista, registrou um movimento em sentido inverso" (Cueva, 1983, p. 27). Nesse processo, o modo de produção capitalista se desenvolveu de maneira muito localizada, culminando apenas no século XX em um processo franco de generalização das relações capitalistas por toda a extensão das formações sociais, mesclando-se às próprias relações de trabalho reproduzidas ou criadas (relações servis, de escravidão e similares) em favor da necessária acumulação primitiva, ou a *expropriação*.



Essa matriz de diferentes modos de produção e de relações de trabalho - bem como sua relação com a acumulação predatória por parte das potências imperialistas, em especial o Reino Unido e os Estados Unidos após os processos de independência - gera efeitos fundamentais sobre o estabelecimento e reprodução dos Estados nacionais: vinculam-se a

> [...] uma estrutura econômico-social historicamente dada e dentro de um contexto internacional concreto, fatores que não só determinam as modalidades históricas de cada entidade estatal, mas também a maior ou menor tortuosidade do caminho que conduz à sua organização. Construir um Estado sobre cimento relativamente firme do modo de produção capitalista implantado em toda a extensão de um corpo social não é o mesmo que edificá-lo sobre a sinuosa topografia de estruturas pré-capitalistas que, por sua própria natureza, são incapazes de proporcionar o fundamento objetivo de qualquer unidade nacional, isto é, um mercado interno de amplas proporções (Cueva, 1983, p. 42).

Este argumento permite ao equatoriano identificar algumas diferenças entre os Estados latino-americanos construídos sobre um modo de produção capitalista predominante numa formação social - e o desenvolvimento de uma burguesia latifundiária coesa nacionalmente - e os constituídos sobre matrizes muito heterogêneas, em que se preserva uma instabilidade ligada às diferentes frações de classe conformadas por

diferentes modos de produção e relações entre modos de produção. Os conflitos entre as províncias e os governos centrais, por exemplo, não podem ser lidos como meros conflitos regionalistas, mas como disputas por privilégios diferenciais de interesses econômicos distribuídos entre as diferentes frações da classe dominante, não constituída homogeneamente apenas por capitalistas.

Com o estágio imperialista do capitalismo e a expansão do capital monopolista a partir das grandes potências, entra na ordem do dia a generalização das relações capitalistas na periferia do sistema. No caso da América Latina, era necessário estabelecer "[...] uma economia primário-exportadora 'complementar' para o capitalismo industrial das metrópoles" (Cueva, 1983, p. 71). Esse processo encontraria ainda uma nova relação com as potências imperialistas na segunda metade do século XX, em que os golpes militares permitiriam diretamente a integração aos circuitos financeiros, sob os interesses diretos do capital financeiro internacional, desnacionalizando e *financeirizando* a economia, desfazendo as estruturas de bem-estar social, monopolizando as atividades produtivas do campo, etc. (Cueva, 1977).



Porém, essa generalização recente (e ainda diferencial entre regiões) das relações capitalistas não significa a realização pura do modo de produção capitalista, e muito menos de superestruturas totalmente coerentes. Pelo contrário, o argumento de Cueva é precisamente que a história do desenvolvimento do capitalismo no continente estruturou de maneira permanente, através das lutas sociais empreendidas pelas classes no processo, todo o conjunto das relações sociais que determinam a maneira como o modo de produção capitalista existe enquanto modo de produção dominante. O regime de exploração do trabalho organizado desde o início pela ideologia colonial das diferenças raciais, além de manter por séculos relações servis e de escravidão, gera

> [...] complexos sistemas de diferenciações étnico-culturais capazes de conferir à estrutura classista uma dimensão de "castas", fato que por seu turno repercute sobre a luta de classes mediante a frequente "deformação ou o deslocamento das frentes reais de combate" (Cueva, 1983, p. 59).

Esse sistema de diferenciações aparece como sistema eficaz da heterogeneidade da formação social sobre a estrutura de classes típica do modo de produção capitalista. Cueva (2004) busca em Marx e Lênin seu

repertório para a análise das classes e suas lutas: toma do russo as frações de classe e classes de transição criadas pela intersecção entre modos de produção com diferentes trajetórias (as frações da burguesia ligadas ao regime de servidão, a pequena-burguesia decadente, os semi-proletários que constituem a massa funcional, mas ainda não plenamente integrada ao modo de produção capitalista); e do alemão (a) as classes geradas pelos modos de exploração secundários do capital e (b) a separação entre a classe em si (efeito das relações de exploração) e a classe para si (efeito das lutas políticas). Enquanto as relações de produção definem a estrutura das classes propriamente ditas, um sistema de contradições secundárias entre os próprios modos de produção coexistentes na formação social e suas superestruturas conforma diferentes frações de classe e camadas sociais que, no esquema de Cueva, não se inserem em classes definidas: é o caso daqueles intelectuais e burocratas que são integrados ao modo de produção capitalista apenas enquanto mediações de sua superestrutura, ou funções do Estado e da ideologia[4].



A expressão dessas classes, frações de classe e camadas sociais enquanto agentes propriamente ditos, ou *forças sociais*, é explicada em um primeiro momento da análise pela sua origem de classe, mas nunca de maneira completamente idêntica. Entre a estrutura de classes e as lutas de classe existe uma defasagem, onde interferem elementos que não podem ser deduzidos apenas de uma acepção pura do modo de produção dominante. A pequena-burguesia, na leitura do equatoriano, apesar de ser uma classe de transição, remanescente da forma de produção mercantil simples e em declínio, é mantida enquanto funcionalidade política de apaziguamento da luta de classes (2004, p. 42). Vamos nos deter neste ponto.

Na transição dos anos 1940 aos 50, o Equador passou por uma transformação importante em sua demografia e estrutura de classes: o crescimento das cidades e das camadas urbanas, sob um governo de

[4] É importante destacar que, ainda que estejamos nos referindo diretamente ao trabalho intelectual que surge e se reproduz como função da superestrutura, essa modalidade de trabalho já existe como função direta da produção, enquanto gestão e concepção de processos e relações produtivas. É útil, ainda assim, pontuar que a categoria *intelectual* assume um significado distinto de todo trabalho *não-manual*. Décio Saes destaca que os trabalhadores não-manuais posicionam-se na hierarquia do trabalho pelo efeito do prestígio do trabalho intelectual "na acepção estrita da palavra" (Saes, 2005, p. 100), aquela atividade capaz de produzir ideologia.

orientação liberal ligado à burguesia ascendente que desafiava o poder oligárquico, aos moldes da maioria das formações sociais latino-americanas na primeira metade do século XX. Cueva (2019) inclui no objeto indistinto "classes médias" aquela força social que, antes marginal tanto em relação ao regime colonial quanto em relação à produção capitalista emergente, se integra plenamente à sociedade oficial, incluindo pequenos e médios proprietários e comerciantes (a pequena-burguesia), as camadas médias "propriamente ditas" (empregados da gestão e administração privada) e os funcionários públicos (constituintes da burocracia). Anteriormente, essa mesma massa aderia à classe trabalhadora em seu movimento político; e ao se tornar um cliente do governo liberal, participando mais plenamente da renda nacional e dos espaços políticos, converteu-se em braço político da burguesia. Essa transição constitui-se também, com efeitos profundos para nosso argumento, na transformação de classes de transição, deslocadas dos circuitos do modo de produção dominante e sujeitos ao crescimento dos monopólios capitalistas, em classes plenamente integradas e funcionais em sua estrutura, com novas perspectivas estratégicas quanto aos seus interesses de classe.



> O antigo elemento "perturbador" se tornou assim um fator de estabilidade momentânea do sistema: convertida em clientela liberal, a "classe média" permitiu que a grande burguesia resolvesse o paradoxo consistente em que, embora fosse economicamente a classe mais poderosa do país, durante longo tempo não dispôs de tanto poder ideológico como os latifundiários tradicionais. Desde os anos 1950, porém, os liberais triunfam, sem recorrer à fraude, na maioria das capitais das províncias e inclusive em Quito, ou seja, nas cidades que, sem contar com um subproletariado numeroso que votasse pelos candidatos populistas, possuem uma classe média quantitativamente importante, capaz de "arrastar" politicamente outros setores, através desse tecido de adesões, lealdades e ambições que costuma se formar nas fronteiras das diversas classes sociais (Cueva, 2019, p. 84).

Ainda que, no esquema de Cueva, esses agentes não constituam uma classe específica[5], compartilham de uma situação estrutural em comum na

[5] Enquanto em seu livro *Teoria Marxista* Cueva (2003) nega a existência de uma *classe média* propriamente dita, enquanto categoria válida no marxismo (colocando as

conformação de um Estado propriamente burguês. Neste sentido, compõem junto da burguesia o bloco de alianças que, através do poder político, tem como efeito a *desorganização* da classe trabalhadora e da massa marginal, e a alteração da correlação de forças entre as classes dominantes; ou seja, integram a superestrutura com conteúdo de inspiração europeia, a sociedade oficial. Como aponta Fernandes, o estabelecimento dos Estados nacionais na América Latina não se tratou de um processo de ampla integração das massas à comunidade política:



> A independência que se criava era a dos estamentos privilegiados e o Estado nacional independente nascia antes da Nação, como expressão da vontade coletiva e dos interesses de dominação econômica, social e política da *gente válida*, ou seja, como uma maneira de organizar a voz política dos donos de fato do poder e de dar continuidade às estruturas de produção e de exportação montadas previamente (Fernandes, 2015, p. 103).

Mesmo que a dominância do modo de produção capitalista torne progressivamente mais generalizada a condição do trabalhador "livre" e do

---

camadas sociais que normalmente aparecem sob essa insígnia no interior da pequena-burguesia, da classe trabalhadora e de categorias sociais que não constituem ou pertencem a nenhuma classe), no livro citado *O Processo de Dominação Política* (2019) o equatoriano utiliza o termo algumas vezes para designar essas distintas camadas que passam por uma trajetória histórica similar frente à disputa pelo aparelho e pelos sentidos do Estado. Ainda que não trabalhe de maneira detida tal uso prático do conceito, é uma forma similar àquela assumida por Poulantzas (1975) e Saes (1977) acerca da unidade da nova pequena burguesia ou classe média estar precisamente no nível político-ideológico.

Podemos adicionar que essa unidade não é completamente homogênea. Mesmo no caso equatoriano, determinadas categorias envolvidas nessa tendência política como as próprias burocracias e os militares já estavam integradas às superestruturas do Estado antes e durante o desenvolvimento do capitalismo em suas formações sociais. No entanto, somam-se às nascentes camadas sociais urbanas nos movimentos políticos baseados na ideologia orgânica de classe média, clamando pela modernização do Estado, pela sua autonomia de classe, o cosmopolitismo e, enfim, pelo fortalecimento e institucionalização de seus instrumentos de reprodução de classe. Podemos afirmar essa tendência também em outros casos, como o brasileiro (Saes, 1985). Assim, mesmo que algumas categorias típicas da classe média já estivessem integradas ao Estado, esse foi um movimento necessário para sua integração à sociedade de classes propriamente capitalista que "se irradia historicamente como força social" (Fernandes, 1977, p. 178).

sujeito enquanto indivíduo genérico interpelado pelo Estado, a tendência é de animalização e exclusão radical das massas de trabalhadores, impedindo que o "(...) inconformismo do povo" se converta em "força política" (Fernandes, 2015, p. 108), ao contrário do que é permitido às classes integradas.

## 2. Classe média e sociedade política



O principal problema colocado para a relação entre a classe média e o sistema político na periferia do capitalismo, ou para a posição e movimentos da classe média na luta de classes, como apontado por Williams (1976), é que os circuitos de poder estritos das ex-colônias regulam diretamente a oferta de meios de vida e privilégios dessa classe, tornando um interesse próprio desta classe a própria promoção do Estado enquanto entidade exclusiva. Enquanto as massas proletarizadas existem majoritariamente à margem e de maneira desorganizada, sem relação positiva com o Estado, a classe média é não apenas substancialmente empregada nos órgãos do Estado como também deve sua posição diferencial ao reconhecimento oficial de títulos e bens simbólicos eficazes em uma hierarquia que estende seus efeitos para além das hierarquias internas da administração pública e privada. Cabe aqui colocar uma questão: afinal, por meio de quais processos esse interesse sobre o Estado se efetiva nas lutas sociais? Para tratar disso, levantamos algumas contribuições sobre a relação entre a classe média, o Estado e sua ideologia.

Para Poulantzas (1975), a posição ambígua dessa classe, já plenamente integrada e ao não se vincular diretamente a nenhum dos interesses antagônicos típicos do modo de produção capitalista, tende a conceber o próprio Estado como seu representante político de classe, uma vez que é um aparelho que incorpora ideologicamente o "interesse geral". Trata-se de um subconjunto ideológico, subordinado à ideologia dominante de fabricação burguesa que mascara o Estado (um instrumento de classe) com um verniz democrático, supraclassista. Tal ideologia atinge, em diversas medidas, a todas as classes, mas no caso do proletariado, o atinge apenas como negação de sua ideologia orgânica, o que seria uma ideologia propriamente proletária, tradução do seu antagonismo de classe em relação à burguesia. A classe média, ainda que não compartilhe necessariamente de todos os interesses de classe da burguesia, incorpora tais elementos como

seus próprios, em sua própria constituição e em suas práticas de classe típicas, por sua situação de trabalho (Saes, 1977).

A ideia de neutralidade e racionalidade que reveste o Estado é promovida historicamente por uma série de características que podem ser sintetizadas na ideologia do "burocratismo" e incorporadas pela própria burocracia estatal (Poulantzas, 2020) bem como por todo o discurso reinante no campo político (Bourdieu, 2011; 2015). O tema da burocracia é de especial interesse:



> [...] a burocracia parece, no âmbito dessa legitimidade, representar a unidade política do povo-nação; ela se apresenta, e pode apresentar-se, como um 'corpo neutro' que encarna o interesse geral e cujo funcionamento político no tocante às classes é, assim, sistematicamente mascarado (Poulantzas, 2020, p. 354).

Mesmo sendo um fenômeno relativamente autônomo, a burocracia e o burocratismo apresentam, nos termos de Poulantzas, uma homologia com a organização do trabalho no modo de produção capitalista. Para além de uma hierarquia administrativa própria da produção, a burocracia pauta-se nos mesmos princípios da hierarquia do trabalho que torna superior o trabalho não-manual em relação ao manual pelo efeito do monopólio do saber e, podemos adicionar, pelo efeito do aparelho escolar e sua construção de uma escala naturalizada de "dons e méritos" com referência no trabalho não-manual intelectual (Saes, 2005). A burocracia, no entanto, ainda que recrute a grande maioria de seus membros entre as classes altas e médias, não pode ser considerada simplesmente "parte" de qualquer classe. Trata-se de uma categoria social que se relaciona de maneiras distintas com as classes, a depender do curso de suas lutas econômicas, políticas e ideológicas. No entanto, pela forma como funciona e se apresenta através do burocratismo, a burocracia possui uma relação particular com a classe média.

A posição da classe média na hierarquia do trabalho e as formas socialmente determinadas de alcançar e manter tal posição geram para essa classe uma ideologia própria pautada na valorização do trabalho não-manual e na ideia de "mérito" como chave para as narrativas da trajetória social. Assim, além da ambiguidade da representação política de classe derivada da ambiguidade de sua posição entre as classes antagônicas, há uma forte comunhão entre a ideologia orgânica da classe média e a forma

da burocracia estatal, como representantes ideais de comprovação do mérito na habilidade com o trabalho não-manual, passando por um processo de recrutamento para as fileiras da burocracia que envolve desde a formação no ensino superior até a passagem por concursos públicos e internos. Em diversas conjunturas, a depender da capacidade dos organismos políticos próprios das classes dominantes, a burocracia move-se enquanto força social para realizar a arbitragem dos conflitos sociais, levando como sua base ativa a classe média e outras classes desorganizadas[6].



Para além da comunhão ideológica, há também uma comunhão no próprio processo de estabelecimento das condições para a reprodução social da classe por meio das formas historicamente dadas do Estado. Na leitura de classe proposta por Poulantzas (2020), que caracteriza aquilo que aqui estamos chamando de "classe média" como *nova pequena-burguesia*, é apontada uma dupla determinação sobre essa classe: ela é ao mesmo tempo subordinada à burguesia ao lhe dispor sobretrabalho, e superior aos trabalhadores manuais dentro da hierarquia do trabalho, organizando e administrando a extração de mais-valor. Mas para além da complexificação do processo produtivo, essa condição, em especial no nível das superestruturas política e ideológica, deve ser construída: segundo Saes (2001), a classe média foi protagonista dos processos de construção do Estado, definidores de sua ideologia de sustentação e de sua permeabilidade pelas diversas classes sociais. No caso do Brasil, o republicanismo teve como principal base efetiva os movimentos *pelo alto* das categorias de militares, juristas e burocracias já estabelecidas; bem como a chamada Revolução de 1930, marco da consolidação do Estado propriamente capitalista, teve como base expressiva também os próprios militares e a classe média urbana, ainda que suas camadas superiores tenham se mantido leais às suas relações com a elite oligárquica (Saes, 1985). Ou seja, a forma e a ideologia próprias do Estado foram construídas ativamente por categorias pertencentes à classe média, refletindo ali seus interesses de classe, sua ideologia orgânica e seus anseios políticos no processo de desenvolvimento do capitalismo no país.

A construção do Estado envolveu a construção simbólica da autonomia em relação aos interesses das classes antagônicas. O princípio da

[6] Em leitura recente sobre a crise política no Brasil, Boito Jr (2018) aponta que a ação da burocracia estatal através da Operação Lava-Jato funcionou como uma espécie de "partido da alta classe média", reafirmando sua ideologia de classe e mobilizando-a em sua defesa nas ruas através da pauta da corrupção.

impessoalidade, elemento necessário para a forma moderna da burocracia, permite a criação de um instrumento do poder político a princípio não regulado nem pelas relações pessoais com as classes dominantes (as relações preponderantes nos Estados oligárquicos) e nem pela força numérica das classes trabalhadoras (Poulantzas, 2020); um espaço onde é possível a reprodução social de uma classe que conta apenas com o *capital cultural e escolar* para negociar sua posição social (Bourdieu, 2008). A criação de instâncias para legitimar e ordenar a circulação desses capitais é central para que a própria classe tenha condições estáveis de reprodução, tornando o Estado e seu sentido objetos de intensa disputa das lutas sociais empreendidas pelos agentes da classe média. Em outras palavras, a classe média agiu como ponta de lança da modernização capitalista na medida em que lutou para a dinamização do mercado de trabalho e de bens simbólicos necessários para sua ampliação e reprodução social, e movida também por um universo ideal que cresce na medida em que crescem as cidades e o cosmopolitismo que coloca em comunhão as comunidades intelectuais periféricas e europeias para importar as ideologias do centro metropolitano no seio de camadas sociais mais numerosas (Saes, 1985).



Mas não são lutas solitárias. Como aponta Wacquant (1991), a formação de uma classe média em geral aparece também como uma vantagem para as classes dominantes na medida em que se movimenta pela conservação e promoção da ordem concentrada nos aparelhos de Estado, em última instância responsável pela estabilização das relações capitalistas de exploração. É necessário construir o exército de burocratas para gerir o Estado e também a base social numerosa que dará sustentação direta a esses aparelhos, agindo em sua defesa e generalizando, através de suas lutas particulares, a sua ideologia. Enquanto no âmbito da produção os agentes de classe média em seus postos de gerência e administração servem à organização da extração de mais-valor, no âmbito das superestruturas, os numerosos agentes de classe média em seus postos de gerência e administração pública, de produção intelectual, no interior de aparelhos privados de hegemonia e através da própria concepção de uma posição "média" que aparece como fluida entre as classes antagônicas, servem à organização da colaboração de classes mesmo sob regimes econômicos e políticos altamente excludentes.

**Considerações Finais**

Tudo isto posto, fica claro que a forma de existência da classe média não é apenas uma conformação das forças produtivas e relações de produção, mas um processo enérgico de lutas pela criação de um espaço social exclusivo onde circulam apenas determinados agentes, com determinados atributos apreciáveis socialmente (Poulantzas, 2020; Bourdieu, 2008). Podemos realizar alguns apontamentos sobre as posições já expostas, para os efeitos do debate acerca da classe média e para as lutas sociais sob o jugo do imperialismo.



Retornando ao trabalho teórico de Agustín Cueva, *A Teoria Marxista*, o equatoriano tece uma crítica à análise de classes de Poulantzas: "(...) se seguíssemos consequentemente o critério de Poulantzas, diríamos que o proletariado, por exemplo, compreende tantas 'frações de classe' quanto houverem formações políticas e ideológicas em seu seio" (Cueva, 2004, p. 38). Uma vez que, tanto em Poulantzas como neste trabalho, os condicionantes políticos não são apenas discursos ou posições discursivas, mas sim posições reais em relação aos aparelhos de exercício do poder, a crítica de Cueva não procede e devemos ir além dela. Ao mesmo tempo, o esquema poulantziano não dá conta de todos os condicionantes das lutas de classe pelo poder político nas formações sociais na periferia do capitalismo, em que a sociedade civil e seus aparelhos de hegemonia se desenvolvem de maneira restrita. Podemos tomar muitos de seus princípios que descrevem a forma típica do Estado capitalista, tanto por conta da dominância do modo de produção capitalista quanto pela sua formação altamente influenciada pelas correntes ideológicas europeias, inclusive na conformação da própria força política proletária dentro das "verdades nacionais", nos termos de Zavaleta (2009). No entanto, a capacidade das economias periféricas em integrar as classes trabalhadoras em seu sistema político de maneira mais ou menos estável é muito menor do que a das economias capitalistas centrais, e torna-se um imperativo sua exclusão pela força.

Tal exclusão não se dá apenas por efeito de golpes e intervenções armadas, a grande regra da América Latina no século XX. Se dá por outras vias de continuidade da sociedade colonial através da segregação continuada de largas populações, sob critérios raciais e sociais, mediada essencialmente não apenas pela violência direta, mas também pelo ordenamento urbano (Harvey, 2012; Maricato, 2015). O espaço social que diferencia as massas de classe média das classes subalternas coincide,

finalmente, com o espaço da própria sociedade civil. Mesmo que formalmente toda uma população esteja filiada ao Estado nacional, após terem sido derrubados obstáculos históricos e estabelecido o sufrágio universal na grande maioria dos países, as massas de trabalhadores permanecem incapazes de se organizar enquanto força política unívoca, e seus interesses aparecem difusos e distantes da arena pública que configura uma das faces da sociedade civil em sua relação com o Estado. Esta é dominada pelos quadros da classe média que compõem os meios de mídia e aparelhos políticos como os órgãos do Estado, partidos políticos e organizações adjacentes.



Reconhecemos aqui que o modo de produção capitalista se desenvolve e se torna dominante nas formações sociais periféricas do imperialismo, não se tratando de regiões externas a um sistema capitalista existente apenas nas economias mais avançadas. No entanto, já assevera Cueva (1983), esse desenvolvimento se dá num movimento dialético com as formas anteriores e remanescentes de outros modos de produção e de estágios anteriores de desenvolvimento do próprio capitalismo. Tal como o modo de produção capitalista e a sociedade burguesa existiram por muito tempo como enclaves nas formações sociais latino-americanas, sua superestrutura se desenvolveu tal como um enclave daquelas massas permitidas dentro da conformação *civilizada e burguesa*, como oposta ao mundo das massas desqualificadas, identificadas à negritude, à periferia urbana, ao campo, ao mundo doméstico ou ao baixo volume de capitais cultural e escolar, em suma, à *barbárie*, espaço *primitivo* oposto à *civilização* e *modernidade* que não configuram um empecilho ao desenvolvimento do capitalismo, mas uma condição da própria exploração e expropriação que dão base a esse sistema econômico (Fernandes, 1977). Como um espaço social restrito, desenvolve suas próprias regras de funcionamento, de maneira que o simples ingresso pontual de agentes das classes trabalhadoras não significa qualquer alteração estrutural da função e posição de classe desse espaço.

É significativo, nos marcos de nosso argumento, que os grandes movimentos de reação ao chamado ciclo progressista latino-americano tenham se dado com base na classe média contra as massas vistas como incompetentes para o fazer político. Novamente no caso brasileiro, as manifestações favoráveis ao *impeachment* de Dilma Rousseff, entre 2014 e 2016, compostas majoritariamente pelas camadas superiores da classe média (Cavalcante, 2018; Cardoso, 2020), construíram todo seu horizonte discursivo

sobre a tese de que os governos petistas subsistiram apenas sobre a base de um clientelismo desqualificado que interpelou as classes populares, reivindicando a razão e o interesse geral como atributo próprio das classes médias e altas, capazes de lidar com a vida pública. Já no caso boliviano, as movimentações pelo golpe contra Evo Morales também se concentraram nos enclaves de classe média e camadas urbanas, em oposição à população indígena que deu base, sentido e substância às políticas do MAS em uma formação social historicamente marcada pela marginalização dessa mesma população (Linera, 2010). Frente aos processos de democratização, acesso ao consumo e mesmo a integração das massas à sociedade oficial, a tendência das classes médias, já estabelecidas e plenamente integradas, é a reação conservadora, buscando conservar a sua posição diferencial.



É necessário caracterizar, assim, as tendências dessa classe segundo suas relações concretas com o poder político, e a comunhão de seus interesses de classe com a ordem social reproduzida pelo imperialismo em nossa região. Adentramos aqui no mesmo registro estratégico do movimento comunista que motivou Marini (1976) a realizar a crítica ao conceito de Estado ampliado, afinal, onde está a diferença qualitativa entre a disputa do Estado enquanto aparelho de dominação, monopólio da violência, e os seus sustentáculos na sociedade civil? No entanto, chegamos a uma conclusão um tanto distinta: se o nosso horizonte político é a superação das desigualdades de classe, e a tomada do poder político pelo povo, fazer a história com nossas mãos, é toda a sociedade burguesa que deve ser tomada de assalto. A própria sociedade civil se configura, nas margens do capitalismo, como um instrumento de violência do Estado.

**Referências**

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis, Vozes. 1999.

__. **Por Marx**. Campinas, Editora Unicamp. 2015.

BOITO JR., Armando. **Reforma e Crise Política no Brasil**. Campinas, Editora Unicamp. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**. São Paulo, Zouk. 2008.

__. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política.** Brasília, nº5 Jan./July 2011.

__. **Sobre o Estado**. São Paulo, Companhia das Letras. 2015.

CARDOSO, Adalberto. **Classes Médias e Política no Brasil (1922-2016)**. Rio de Janeiro, Editora FGV. 2020.

CAVALCANTE, Sávio Machado. Classe Média, Meritocracia e Corrupção. **Crítica Marxista**. Campinas, nº46, 2018. pp. 103-125.
COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. **Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro, Campus. 1989.
CUEVA, Agustín. Fascismo y economía en América Latina. **Controvérsias**. Guadalajara, ano 1, nº2. Fev-Abr 1977.
__. **O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**. São Paulo, Global Editora. 1983.
__. **Teoría Marxista. Categorías de base y problemas actuales**. Quito, Ediciones de la Revolución Ecuatoriana. 2004.
__. La democracia latinoamericana: ¿forma vacía de todo contenido? *in* CUEVA, A. **Ensayos Sociológicos y Políticos**. Quito, Ministerio de Coordinación de la Política y Gobiernos Autónomos Descentralizados. 2012.
__. **O Processo de Dominação Política no Equador**. Florianópolis, Insular. 2019.
FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Lisboa, Ulisseia. 1961.
FERNANDES, Florestan. Problemas de Conceituação das Classes Sociais na América Latina. *in* ZENTENO, R. (org) **As Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977.
__. **Poder e Contrapoder na América Latina**. São Paulo, Expressão Popular. 2015.
GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere (Volume 3)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2000.
HARVEY, David. **Rebel Cities. From the right to the city to the urban revolution.** Londres, Verso. 2012.
LENIN, Vladmir Ilich. **O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas, Navegando Publicações. 2011.
LINERA, Álvaro Garcia. **A Potência Plebeia**. São Paulo, Boitempo Editorial. 2010.
MARIÁTEGUI, José Carlos. **Ideología y Política**. Caracas, Ministério de Comunicação e Informação da Venezuela. 2006.
MARICATO, Erminia. **Para Entender a Crise Urbana**. São Paulo, Expressão Popular. 2015.
MARINI, Ruy Mauro. **El Reformismo y la Contrarrevolución (Estudios sobre el Chile)**. Cidade do México, Ediciones Era. 1976.
MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo, Expressão Popular. 2008.
OSORIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização**. São Paulo, Outras Expressões. 2014.

POULANTZAS, Nicos. **As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje**. Rio de Janeiro, Zahar. 1975.

__. **Poder Político e Classes Sociais**. Campinas, Editora Unicamp. 2020.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do poder, eurocentrismo na América Latina. *in* LANDER, E. (org) **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires, CLACSO. 2005.

SAES, Décio. Classe Média e Políticas de Classe (uma nota teórica). **Revista Contraponto**. Niterói, nº 2. Nov 1977.

__. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. São Paulo, T. A. Queiroz Editor. 1985.

__. **A República do Capital**. São Paulo, Boitempo. 2001.

__. Classe média e escola capitalista. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, nº 21, 2005, p.97-112.

WACQUANT, Loïc. Making class: The middle class(es) in social theory and social structure. *in* MCNALL, S. et al. (org) **Bringing Class Back In**. Londres, Routledge. 1991. pp. 39-65.

WILLIAMS, Gavin. There is no theory of petit-bourgeois politics. **Review of African Political Economy**, v.3, nº6, Maio 1976. pp. 84-89.

ZAVALETA, René. **La Autodeterminación de las Masas**. Buenos Aires, CLACSO.

*Recebido em 15 out. 2021 | aceite em 23 nov. 2021*